



Arquivo da Misericórdia, Tombo do hospital, 1534

O tomo¹ dos bens do hospital de N.^a Sr.^a da Graça de Viana do Alentejo²

Como dissemos no texto do Boletim n.º 89, a comemoração dos 500 anos dos forais Manuelinos de Viana e de Aguiar torna de interesse dar a conhecer alguns aspectos destas vilas há meio milénio atrás. Acresce que a coincidência da comemoração dos 500 anos da fundação da Misericórdia reforça esse propósito. Para tal, é de pertinência o conteúdo do livro mais antigo do Arquivo da Misericórdia que tem c. de 500 anos e é o único do séc. XVI aí existente.

Há quase 20 anos encontrámos nesse arquivo o *Tombo das cousas do ospital de nossa Senhora sancta marya da graça*

1 - Nos tombos estavam tombadas, ou seja, registadas todas as propriedades rurais e urbanas, exploradas de forma directa ou indirecta, por uma instituição, bem como existências de outra natureza.

2 - Propositadamente, porque este ano se comemoram 500 anos da Santa Casa da Misericórdia, este texto reporta-se a dados históricos com 500 anos e, excepcionalmente, baseia-se num documento que não é do Arquivo Histórico Municipal.

da villa de Viana que regista os bens e rendimentos que o hospital possuía, em 1534, ainda antes de ter sido integrado na Misericórdia que fora fundada em 1516. Mais tarde o livro esteve em parte incerta, durante dez anos, até ter sido por nós localizado, em 2014, quando procedemos à organização do arquivo³.

Permite conhecer o património imóvel, urbano e rústico, e os rendimentos daí decorrentes, que o hospital tinha na época, e a sua localização, confrontações e dimensões. Cita alguns bens móveis e indica, entre outros elementos, o nome dos foreiros que exploravam as propriedades; o valor e a data de pagamento dos respectivos foros; os nomes dos doadores dos bens e as obrigações de se mandarem dizer missas por sua alma; os cargos da confraria;

3 - Organizado, inventariado e acondicionado entre 2014 e 2015 no âmbito do projecto *O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo: salvaguarda de uma memória histórica assistencial, Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian*.



Arquivo da Misericórdia, Tombo do hospital, 1534

as unidades monetárias e de medida da época e os nomes de alguns tabeliães⁴.

Porém, outros conteúdos fazem dele um livro precioso. Primeiro, por apresentar a transcrição do compromisso⁵ da confraria dos Homens Bons Ovelheiros, datado de 1319, e de ainda se reportar a uma instituição mais antiga: a albergaria de Santa Maria. Não existem, que se conheça, mais documentos sobre estas duas instituições medievais⁶. Depois porque a documentação relativa a Viana é escassa antes do séc. XVII, sendo este livro uma das poucas fontes de informação para o séc. XVI e que fornece vários elementos que contribuem para conhecer a vida do Homem na época: as formas de exploração da terra, a organização social, o funcionamento do sistema assistencial, a vivência religiosa e a mentalidade nos finais da Idade Média e princípio da modernidade. O seu conteúdo, permite, inclusive, ajudar a desenhar a malha urbana da vila no séc. XVI e facultar relevantes indicações toponímicas rurais e urbanas. Ao longo dos séculos recebeu ainda diversos acrescentos de informação que, em alguns casos, chegam ao séc. XIX, como a actualização dos nomes dos foreiros e dos respectivos foros.

D. Manuel I (1495-1521) tinha determinado a execução de tombos dos bens dos hospitais e confrarias⁷ e o hospital de Viana não escapou a este registo. Na época a confraria dos Ovelheiros geria a albergaria e hospital que tinham sido fundados no princípio do séc. XIV ou no fim do XIII, com o fim de acolher pobres e peregrinos, pois os cui-

⁴Este artigo não utiliza as normas do novo acordo ortográfico

4 - Notários.

5 - Documento que estabelecia as regras de funcionamento da instituição.

6 - Sobre estas instituições vid. Fátima Farrica, *No Espaço e no Tempo: Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo* (séculos XIV-XX), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

7 - Maria José P. F. Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 122.

dados médicos só surgem nos hospitais a partir do séc. XV⁸. Assim, referem-se as instalações da albergaria, com sua igreja e casas de alojamento, junto da vila, e com um curral. Citam-se também os meios necessários para colocar em prática os seus fins: cinco ou seis camas “com seus leitos reparados e concertados” e, ainda, as alfaias e os paramentos fundamentais para a Eucaristia: um cálice de prata com a sua patena, vestimenta, galhetas e campainha.

São 43 os bens (urbanos e rústicos) e rendimentos registados: 41 próprios e possuídos na íntegra, metade de um moinho e 1 foro de 5 alqueires azeite de uma propriedade particular. Entre eles contam-se 8 casas, 6 das quais com quintal. Nos bens rústicos destacam-se as vinhas, com 16 registos, às quais se seguem 6 olivais, 4 courelas (fracções de terra que resultavam da divisão de herdades), 2 chãos (ferragial ou terreno inculto) e 2 ferragiais (campos de sementeira de pastagem ou de cereais). Por último, 1 terra de pão (para produção de cereal), 2 currais (para gado) e 1 herdade (desde 1462). O destaque encontrado para as vinhas é verificado noutros locais, como em Évora onde as albergarias da cidade possuíam maioritariamente vinhedos. Cultura mediterrânea por excelência, a vinha será anterior à ocupação romana⁹.

As oliveiras podiam estar presentes em vários tipos de propriedades, destacando-se a sua presença nas vinhas, o que se verifica em 9 casos das 16 vinhas registadas. Aparecem também num dos chãos e na terra de pão. Por vezes, em vez de oliveiras referem-se pés de oliveiras, zambujeiros e enxertos, o que significa que havia árvores novas em formação. Além das oliveiras, as únicas árvores para as quais se encontra referência são as figueiras. Um curral estava junto com um figueiral e um dos chãos também tinha figueiras. Esta coexistência de árvores com a vinha, nomeadamente oliveiras e árvores de fruto, especialmente figueiras, foi também notada no que toca à propriedade das albergarias de Évora na Idade Média, sendo que a associação entre a vinha e o olival foi bastante comum na época¹⁰.

Como era comum na época, o rendimento destas instituições dependia do património que detinham, pois só este lhe permitia por em prática os seus fins assistenciais.

Fátima Farrica
Historiadora e Arquivista

8 - Maria José P. F. Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média...*, p. 126.

9 - Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC. CEH/UNL, 1990, p. 77.

10 - Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média...*, p. 77.

